

# Total admite atraso na produção de LNG e coloca dívida pública moçambicana com futuro cada vez mais preocupante



Créditos: clubmozambique.com

## Enquadramento

Depois de declarar “força maior” devido à deterioração das condições de segurança em Palma, Província de Cabo Delgado<sup>1</sup>, a petrolífera francesa Total admitiu, há dias, um atraso de pelo menos um ano no calendário do projecto Mozambique LNG, alargando o prazo para depois de 2024<sup>2</sup>. Isto significa que a produção e expor-

tação do gás natural da Área 1 da bacia do Rovuma não vai arrancar antes de 2025, tal como estava previsto.

“Claro que estes eventos (ataques terroristas) terão impacto no calendário do projecto e, nesta fase, estimamos que este impacto será de pelo menos um ano de atraso. Esperamos que as acções tomadas pelo Governo

<sup>1</sup> <https://www.total.com/media/news/press-releases/total-declares-force-majeure-mozambique-lng-project>

<sup>2</sup> <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-total-admite-atraso-de-pelo-menos-um-ano/a-57379939>

de Moçambique e pelos seus parceiros regionais e internacionais permitam a restauração da segurança e a estabilização de Cabo Delgado de uma forma sustentável”, disse Jean-Pierre Sbraire, Director Financeiro do projecto Mozambique LNG<sup>3</sup>.

Antes da Total, a agência Fitch Ratings já tinha avançado um atraso de dois anos no início da produção de gás natural pela Total devido às incertezas sobre a restauração das condições de segurança em Palma. “A suspensão da Total significa que esperamos agora um significativo atraso no início do projecto, e revimos a nossa estimativa de início de produção de gás do projecto Mozambique LNG para 2026, um adiamento de dois anos face à nossa previsão anterior, de 2024”, escrevem os analistas da agência Fitch<sup>4</sup>.

Na sexta-feira da semana passada, o Governo moçambicano garantiu à petrolífera francesa “total empenho” para restabelecer a segurança em Cabo Delgado, condição essencial para a retoma dos trabalhos do projecto Mozambique LNG liderado pela Total. Segundo escreve a agência Lusa, a garantia foi dada nas reuniões entre os ministros dos Recursos Minerais e Energia, Max Tonela, e da Defesa Nacional, Jaime Neto, e o responsável da Total para Pesquisa e Produção, Ar-

naud Breuillac.

Pressionado pela Total, o Governo de Filipe Nyusi está a correr atrás do prejuízo para encontrar uma solução de segurança que garanta a retoma dos trabalhos de construção do complexo de LNG em Afungi. Após o adiamento sine die da cimeira extraordinária da Troika do Órgão de Política, Defesa e Segurança que deveria decidir sobre o envio de três mil militares da SADC para Cabo Delgado, o Presidente da República viajou até Ruanda onde foi pedir apoio ao seu homólogo Paul Kagame. Para não falar do tipo de apoio solicitado, Nyusi preferiu dizer que foi a Kigali “colher experiência do Ruanda no combate ao terrorismo e extremismo violento”.

A pressão sobre Moçambique aumenta à medida em que se aproximam as datas da viagem do Presidente da República à França, onde irá discutir a questão de segurança em Cabo Delgado com o Presidente francês Emmanuel Macron. Uma viagem à Paris sem nenhum plano convincente ou solução à vista para o problema de Cabo Delgado poderá ser vista como um convite para a Total impor uma força estrangeira com objectivo de garantir a segurança no complexo de Afungi e áreas circundantes, num raio de 25 quilómetros.

## Capacidade de inverter a insustentabilidade da dívida pública depende da evolução dos projectos de LNG

A mais recente Análise de Sustentabilidade da Dívida (DSA) do Fundo Monetário Internacional (FMI) considera que Moçambique está numa situação de sobre-endividamento (*debt distress*). Esta condição é agravada pela falta de opções de financiamento externo devido ao seu perfil de crédito não favorável, o que tem levado ao alto endividamento interno sujeito a elevadas taxas de juro que, por sua vez, aumentam a pressão fiscal a curto e médio prazo.

Em 2019, Moçambique situou-se no “top 10” das economias com a maior dívida pública (em percentagem do PIB) ao nível mundial, e no “top 3” ao nível de África, para além de actualmente integrar o grupo dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) devido à fragilidade da sua economia e ao facto de estar a enfrentar um fardo insustentável da dívida, mesmo após a utilização integral de mecanismos tradicionais de alívio da dívida<sup>5</sup>.

Perante este cenário, a única esperança

<sup>3</sup> <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-total-admite-atraso-de-pelo-menos-um-ano/a-57379939>

<sup>4</sup> [https://www.rtp.pt/noticias/economia/total-suspensao-de-trabalhos-adia-inicio-da-producao-de-gas-para-2026\\_n1315300](https://www.rtp.pt/noticias/economia/total-suspensao-de-trabalhos-adia-inicio-da-producao-de-gas-para-2026_n1315300)

<sup>5</sup> <https://clubdeparis.org/en/communications/page/hipc-initiative>

para redução dos altos níveis de dívida pública está assente nos projectos de LNG) da bacia do Rovuma. Aliás, em Abril de 2020<sup>6</sup>, o FMI considerou a dívida moçambicana como sendo sustentável numa perspectiva futura, tendo como pressupostos: i) Com o ambiente global marcado por preços de energia mais baixos e condições de financiamento mais restritas, a ExxonMobil e seus parceiros atrasariam o Decisão Final de Investimento (DFI) para 2021 e iniciariam a produção de LNG em 2026; ii) Os megaprojetos de LNG liderados pela Total e ENI avançariam conforme programado porque suas as DFI já foram alcançadas; iii) Início da produção de GNL em 2023, o que resultaria em aumento significativo do crescimento real do PIB e os indicadores fiscais e externos começariam a melhorar significativamente.

No devido momento, o CDD chamou a atenção para o excesso de optimismo na avaliação do FMI, tendo em conta os diversos riscos e incertezas de curto e médio pra-

zo que os projectos de LNG enfrentavam em Moçambique. O adiamento da DFI da Exxon-Mobil para depois de 2023 e da produção da Total para depois de 2024 evidenciam não só a concretização dos riscos para os quais o CDD chamava a atenção, mas também o quão distante o País está do cenário optimista desenhado pelo FMI<sup>7</sup>.

A agência de notação financeira Moody's<sup>8</sup> também escreveu, em Setembro do ano passado, que a capacidade de inverter a trajetória da dívida pública moçambicana era incerta devido ao ambiente de baixos preços no sector do gás natural liquefeito.

Menos optimista esteve o Banco Mundial que em Fevereiro último considerou que a DFI do projecto Rovuma LNG só poderia ocorrer em 2025 e que a produção poderá começar em 2030. Quanto ao Mozambique LNG, o Banco Mundial previu que a sua fase de produção e exportação não seria alcançada antes de 2025, devido às sucessivas interrupções que o projecto tem sofrido.

## Adiamentos nos projectos de Rovuma incapacitam ENH de pagar a sua dívida

Várias análises de sustentabilidade da dívida pública já mostraram que os indicadores da dívida violam os limites recomendáveis no curto e médio prazo. A elevada dívida externa de médio prazo é grandemente impulsionada pelos empréstimos e garantias soberanas contraídas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para financiar a sua participação no capital dos projectos de LNG.

A previsão era de que o valor da dívida pública externa em termos de PIB alcançaria 68% no final de 2020 e os índices cairiam abaixo do limite prudente em 2028, uma vez que a garantia soberana caducaria contra-

tualmente em 2026 (após o início da produção do projecto Rovuma LNG).

Mas as actuais previsões mostram que, devido à insegurança em Cabo Delgado, o projecto Mozambique LNG não irá iniciar a produção antes de 2025 e, em relação ao projecto Rovuma LNG - que ainda não tem a DFI, a fase de produção poderá iniciar apenas em 2030.

Ora, a ENH, braço estatal nos projectos de LNG, recorreu a empréstimos adicionais para financiar a sua participação nas áreas 1 e 4, onde detém 15% e 10% respectivamente. A *tabela 1* apresenta os custos de empréstimos obtidos para financiar a exploração e o de-

<sup>6</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/05/PASSANDO-%E2%80%9CPANINHOS-QUENTES%E2%80%9D-SOBRE-A-CABE%C3%87A-DA-M%C3%81-GOVERNA%C3%87%C3%83O-MACROECON%C3%93MICA-A-curiosa-reavalia%C3%A7%C3%A3o-do-FMI-em-rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-sustentabilidade-da-d%C3%ADvida-p%C3%BAblica-mo%C3%A7ambicana.pdf>

<sup>7</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/05/PASSANDO-%E2%80%9CPANINHOS-QUENTES%E2%80%9D-SOBRE-A-CABE%C3%87A-DA-M%C3%81-GOVERNA%C3%87%C3%83O-MACROECON%C3%93MICA-A-curiosa-reavalia%C3%A7%C3%A3o-do-FMI-em-rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-sustentabilidade-da-d%C3%ADvida-p%C3%BAblica-mo%C3%A7ambicana.pdf>

<sup>8</sup> <https://www.economiaemercado.co.mz/artigo/moodys-mocambique-depnde-do-gas-para-inverter-subida-da-divida>

envolvimento de cada projecto.

Estimativas do Banco Mundial sugerem que o agravamento das condições financeiras provocado pela crise impossibilitará a ENH de pagar os seus custos de detenção de participação (dinheiro emprestado pelos parceiros no empreendimento) no projecto Coral Sul FLNG, sem um subsídio cruzado do

projecto Rovuma LNG, cuja DFI ainda está pendente.

Portanto, a deterioração das condições de segurança em Cabo Delgado arrasa com todos os pressupostos de sustentabilidade da dívida pública numa perspectiva de médio prazo e adia os benefícios dos projectos de gás da bacia do Rovuma para os moçambicanos.

**Tabela 1:** Empréstimos da ENH para participação nos projectos de GNL

	Ano do acordo	Valor cometido (USD Milhões)	Ano de maturidade	Taxas de juro	Primeira amortização
Financiar os custos de exploração da ENH na Área 1	2007	743.37	1/12/2029	LIBOR+1%	1/12/2023
Financiar os custos de exploração na Área 4	2006	297.66	1/12/2046	LIBOR+1%	1/6/2025
Financiar os custos de desenvolvimento na porção da ENH (15%) no projecto Mozambique LNG	2016	1050	31/12/2032	i) Até um ano após a data de conclusão: 9%; ii) Um ano após a data de conclusão: 13%	1/12/2023
Financiar os custos de desenvolvimento na porção da ENH (10%) no projecto Coral Sul FLNG	2017	441.32	5/4/2027	8.70%	1/6/2023

Fonte: MEF (2019) - Relatório da Dívida Pública



### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Dimas Sinoia

**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

